

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

Esta aula retoma a abordagem de um dos temas mais presentes na agenda internacional e na agenda nacional, um tema que vem dominando a pauta dos noticiários e que se mostra muito presente nas provas discursivas elaboradas por diversas bancas: o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Assim, não se tratará apenas de mudanças climáticas, eventos climáticos extremos, Acordo de Paris e Conferências das Partes (COP), mas também do combate à fome e do combate à pobreza. Não há sustentabilidade em um mundo que ainda compactua com profundas desigualdades e permanece marcado por muita pobreza, configurando um cenário que não se encontra preparado para a estrutura daquilo que se entende como algo sustentável.

Considera-se como sustentável aquilo que permite atender às demandas da geração e da sociedade atuais, sem comprometer a capacidade da Terra de também atender às necessidades das futuras gerações.

A primeira conferência para discutir questões ligadas ao meio ambiente não foi a Rio 92, pois essa conferência ocorreu posteriormente, tendo sido precedida por outra realizada vinte anos antes da Rio 92.

A Suécia foi o local em que ocorreu a primeira reunião, os primeiros debates e a primeira conferência organizada pela Organização das Nações Unidas, a ONU. Nessa conferência, trataram-se de mudanças climáticas, de desenvolvimento sustentável e de temas não apenas ambientais ou ligados a processos ecológicos, mas também de economia e do bem-estar da sociedade.

- **1972** – O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi criado após a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humana realizada em Estocolmo, Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972.

Obs.: o PNUMA constitui um programa, e não uma agência, à semelhança do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, criado em 1990.

- **1980** – Em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza e o Fundo Mundial para a Natureza, o PNUMA publica a Estratégia de Conservação Mundial. Este documento marcante define o conceito de desenvolvimento sustentável e molda a agenda global de desenvolvimento sustentável.
- **1987** – A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento entrega o Relatório Brundtland à Assembleia-Geral, inaugurando uma nova abordagem para a ação ambiental focada no conceito de desenvolvimento sustentável.



Em um primeiro momento, na década de 1980, especialmente em 1987, com o Relatório Brundtland, apresentado à Assembleia-Geral da ONU, estabelece-se um conceito consolidado. Em 1987, uma comissão de cientistas e especialistas é organizada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, médica sanitária. Essa chefe de governo constitui uma equipe e é contratada pela ONU para providenciar um relatório, um estudo aprofundado sobre questões ligadas à sustentabilidade.

No interior desse relatório, também chamado de *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), é apresentado, de forma definitiva, o conceito de desenvolvimento sustentável – o conceito de que todo desenvolvimento deve atender às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de também serem atendidas as necessidades das futuras gerações. Trata-se do Relatório Brundtland, apresentado em 1987.

- **1987** – Todos os 197 Estados-Membros das Nações Unidas adotam o Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio. O marco do acordo ambiental multilateral regula a produção e o consumo de cerca de cem produtos químicos. O Protocolo é até hoje o único tratado das Nações Unidas a ser ratificado por todos os países do planeta.

Ainda em 1987, é assinado o Protocolo de Montreal, no Canadá, pelos 197 Estados-membros da ONU. Em 1987, o Protocolo de Montreal prevê a finalização da produção de qualquer produto que contenha CFC.

O CFC não é apenas um gás que corrói a camada de ozônio, contribuindo para que essa camada se torne rarefeita, mas também um gás de efeito estufa. A humanidade compromete-se, em 1987, no Canadá, a não produzir mais nada com CFC. O Protocolo de Montreal não deve ser confundido com protocolo de Quioto.

- **1992** – A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, acontece no Rio de Janeiro, Brasil, de 3 a 14 de junho. Vários acordos ambientais importantes são estabelecidos, incluindo a Agenda 21.

Em 1992, realizou-se a Cúpula da Terra, Eco 92, Rio 92, ou simplesmente Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Em 1992, caminhava-se para o encerramento do século XX e, no Brasil, foi organizada uma agenda para o século XXI. Nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro, a ONU conclamou todos os seus países-membros a elaborarem uma agenda com compromissos sociais, econômicos e ambientais para o século XXI.

- **2000** – A Declaração do Milênio descreve os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, incluindo a sustentabilidade ambiental. O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio estabelece metas ambientais específicas, incluindo combate à perda de biodiversidade, cobertura florestal e acesso à água potável.

Em 2000, no último ano do século XX, a ONU estabeleceu oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em 2007, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, comunidade de cientistas que estuda as mudanças do clima, recebeu o Prêmio Nobel da Paz.



10m

- **2007** – O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas é agraciado com o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços para construir e disseminar conhecimento sobre as mudanças climáticas causadas pelo ser humano.
- **2009** – A Conferência sobre Mudança do Clima de Copenhague, Dinamarca, elevou a política de mudança climática ao mais alto nível político. Cerca de 115 líderes de vários países participaram do segmento de alto nível.
- **2014** – A camada de ozônio mostra sinais de recuperação. Quando a primeira Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente se reúne, surgem evidências de que a camada de ozônio está se curando graças ao Protocolo de Montreal, enfatizando o poder da ação coletiva.

Em 2014, a camada de ozônio passou a apresentar sinais de recuperação, em razão da assinatura do Protocolo de Montreal e do compromisso da humanidade de não produzir mais quaisquer produtos que contenham CFC.

- **2015** – A Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável conduz à adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda global de desenvolvimento sustentável.

Em 2015, celebrou-se, em Paris, na França, a COP21, com a adoção do Acordo de Paris.

- **2019** – Cúpula de Ação Climática 2019. Teve como objetivo apresentar novos caminhos e ações práticas para mudar a resposta global para uma marcha mais alta no enfrentamento das alterações climáticas.

Em 2019, ocorreu a Cúpula da Ação Climática e, em 2020, reforçou-se o compromisso de combate à crise climática.

- **2020** – A Assembleia-Geral das Nações Unidas declara 2021-2030 como a Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas, que visa aumentar a restauração de ecossistemas degradados e destruídos como uma medida comprovada para combater a crise climática.

Em 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU reafirmaram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Ao adotarem o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” todos os países comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade coletiva e indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) distribuídos em 169 metas que visam fundamentalmente promover uma vida digna para todos. Estes 17 ODS são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas estabelece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que devem ser cumpridos até 2030, sendo, por isso, também denominados Agenda 2030. Esses constituem 17 caminhos, 17 objetivos que devem ser alcançados para que se possa estabelecer uma estrutura de sustentabilidade.



O primeiro caminho é a erradicação da pobreza, com a garantia de que as pessoas disponham de uma renda superior a 1 dólar e 25 centavos por dia para se manter.

Além disso, contempla-se a questão da fome, impondo-se o combate à fome e a promoção do bem-estar e da qualidade de vida para a sociedade. Impõe-se também o combate ao tabagismo e a outros vícios, especialmente, mais recentemente, vícios ligados

às redes sociais e aos jogos, de modo a estabelecer compromisso com a qualidade de vida e o bem-estar da humanidade.

Em seguida, determina-se a oferta e a garantia de educação de qualidade. Prevê-se, ainda, a necessidade de trabalhar para que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens, com a capacitação de mulheres e meninas e o despertar de consciência entre elas, a fim de construir uma sociedade com igualdade de gênero.

Estabelece-se igualmente compromisso com a água, reconhecida como fonte de vida e de morte, motivo pelo qual se deve garantir água potável e saneamento básico a todos, bem como energia limpa e acessível a todos, trabalho decente e crescimento econômico para todas as nações.

Deve-se também estar atento aos três “Is”: todo país deve contar com indústria, inovação e infraestrutura. Impõe-se o combate às desigualdades e a preparação das cidades para as mudanças climáticas, com a construção de cidades sustentáveis.

A conscientização da sociedade para a redução do consumo torna-se necessária, a luta contra a ação do clima e a defesa da qualidade de vida na água. O oceano vem se tornando mais ácido e que os recifes de corais se encontram cada vez mais comprometidos pela acidificação da água, diante da quantidade de CO₂ presente, que altera o pH.

Torna-se igualmente imprescindível lutar pelo reflorestamento, pela conservação e preservação das florestas, bem como pela paz e pela parceria. Esses constituem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No governo Lula, foi criado o 18º ODS, vinculado ao Ministério da Igualdade Racial, então comandado por Anielle Franco, por meio do qual se estabeleceu que o Brasil adotaria 18 ODS. Ficou definido que o país também trabalharia o 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, voltado para o combate ao racismo, de modo a contemplar a igualdade racial, e não apenas a igualdade de gênero, prevista no ODS de número 5, tendo sido criado o ODS de número 18.

Cumpra ressaltar, por fim, em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que o ano de 2030 se aproxima, evidenciando a rapidez da passagem do tempo. Muitos ainda desconheciam esses objetivos, embora constituam base recorrente para provas discursivas e sirvam de fundamento para diversas redações.

Dar-se prosseguimento à resolução de questões para verificar como todo esse conteúdo pode ser cobrado. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, em seu conjunto, reúnem 169 metas.



**DIRETO DO CONCURSO**

01. (2024/FGV/ENAM/1º EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA) Com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais construídos após intensa consulta pública mundial, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas possui propósitos ambiciosos e transformadores, com grande foco nas pessoas mais vulneráveis. Um compromisso internacional de tal porte exige a atuação de todos os Poderes da República Federativa do Brasil e a participação do Supremo Tribunal Federal (STF) é fundamental para a efetivação de medidas para este desafio mundial tendo em vista a possibilidade de se empreender no âmbito da Corte políticas e ações concretas. Como primeiras iniciativas, todos os processos de controle de constitucionalidade e com repercussão geral reconhecida indicados pelo Presidente para a pauta de julgamento estão classificados com o respectivo objetivo de desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, o periódico de informativo de jurisprudência do STF já conta com essa marcação, permitindo a correlação clara e direta sobre o julgamento e os ODS. Avançou também neste momento para os processos julgados, com acórdãos publicados no ano de 2020. Neste amplo projeto de aproximação do STF com a Agenda 2030, estão programadas para as próximas etapas a identificação de processos de controle concentrado e com repercussão geral reconhecida ainda em tramitação, mesmo sem indicação de julgamento próximo.

(Disponível em <https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/>)

Entre os ODS, o Objetivo 16 visa a promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, mediante o cumprimento de algumas metas.

As opções a seguir apresentam, corretamente, algumas dessas metas, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.
- b) Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- c) Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
- d) Até 2030, zerar os fluxos financeiros e os de armas ilegais, reforçar a recuperação e a devolução de recursos roubados e combater as formas de crime organizado ligadas a crimes hediondos.



20m

e) Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.



Praticamente tudo o que ingressa no Supremo, no momento em que passa por controle de constitucionalidade, é classificado de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

a) Essa meta integra o ODS 16.

b) A Polícia Federal vem realizando trabalho de grande relevância na República Federativa do Brasil, sempre com observância dos princípios da constitucionalidade e da legalidade e buscando pautar suas ações em consonância com a proteção dos direitos humanos.

Quando se trata de corrupção, menciona-se a Operação Over Clean, que reflete o grande volume de trabalho atribuído à Polícia Federal, diante da atuação de parlamentares envolvidos no desvio de recursos provenientes de emendas parlamentares. A Polícia Federal deflagrou a oitava fase da Operação Over Clean com o objetivo de desarticular organização criminosa suspeita de fraudes em licitações, de desvio de recursos públicos e de práticas de corrupção e lavagem de dinheiro.

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira, encontra-se preso, acusado de adquirir informações privilegiadas no Superior Tribunal de Justiça, e que o governador do Tocantins, Vanderlei Barbosa, também se encontra preso.

d) Não se pretende zerar tais fluxos, mas reduzi-los. Assim, objetiva-se reduzir recursos financeiros desviados e armas ilegais, como, por exemplo, os mais de cem fuzis apreendidos junto a faccionados do Comando Vermelho, em operação realizada pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que resultou em mais de 120 mortes no Complexo da Penha, no Complexo do Alemão e também na Vila Cruzeiro.

É esse o tipo de situação que se busca combater. Quando se fala em construção de sociedades pacíficas e quando se afirma que se deseja paz, estabelece-se relação direta com o ODS de número 16. Pretende-se que todas as pessoas tenham certidão de nascimento, que todas as pessoas possam contar com a presença do Estado, com oferta de escola de qualidade, saúde, esporte e lazer, para que o Estado combata as desigualdades sociais e garanta oportunidades; pretende-se, ainda, que haja uma polícia mais próxima da sociedade, e não uma polícia vista, por parte da população, como aparelho opressor ou como fonte de dano ou ameaça, o que acarreta confusão de papéis.

e) Destaca-se o papel desempenhado pela Polícia Federal.



Existe discussão sobre o enquadramento de facções criminosas como grupos terroristas. Sabe-se que, em um mundo globalizado, com grande volume de recursos movimentados e lavados por organizações criminosas, tais organizações acabam por se estruturar e, em alguns casos, transformar-se em organizações terroristas que atuam contra autoridades do Estado.

02. (2021/CESPE/CEBRASPE/AL-CE/ANALISTA LEGISLATIVO – PUBLICIDADE E PROPAGANDA)

A respeito da Agenda 2030, importante tema de desenvolvimento sustentável tratado pela Organização das Nações Unidas (ONU), assinale a opção correta.

- a) A Agenda 2030 limita-se a tratar da erradicação da pobreza no mundo.
- b) O Brasil vetou, em 2019, o projeto de lei que integralizava as metas da Agenda 2030 no plano plurianual da União.
- c) Os objetivos da Agenda 2030 são mais específicos e focados do que os definidos pela ONU nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).
- d) A falta de indicadores para acompanhar o progresso evidenciado pelos países é criticada pelos opositores, no sentido de que o tema se resume a uma carta de intenções.
- e) Os objetivos definidos na Agenda 2030 destoam dos riscos globais apontados pelo Fórum Econômico Mundial.



- a) São abordados 17 temas, não se restringindo a um único tema.
- b) No governo do presidente Bolsonaro, foi vetada a possibilidade de incorporar os 17 ODS ao PPA. Entretanto, registra-se que, no PPA aprovado para o período de 2024 a 2027, essa incorporação já foi realizada, tendo sido previstos os 17 objetivos, com integralização efetuada.
- c) Não se trata de serem mais específicos, mas de constituírem um número maior, sem necessariamente apresentarem maior especificidade.
- d) Existem diversos indicadores para o acompanhamento do progresso relativo aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Retomando o ODS de número 16, que trata de sociedades pacíficas, destaca-se ser importante que se tenha em mente todo o processo. Não se trata de posicionamento como especialista em segurança pública, mas do reconhecimento de que o caminho para a pacificação se estabelece quando o Estado cumpre os seus deveres constitucionais. Quando o Estado se faz presente, quando cuida e quando promove economia solidária, constrói-se o ambiente necessário para a paz.

É importante que se estimule a formação de cooperativas e que se esteja atento à oferta, à população, de consultoria do SEBRAE para a criação de associações, empresas e cooperativas. Mostra-se igualmente relevante o fortalecimento de lideranças comunitárias e a garantia de assistência social. Impõe-se oferecer oportunidade de emprego, valorização e capacitação. Quando o Estado não cumpre o seu papel, evidencia-se falha estrutural na base.

GABARITO

01. d

02. b

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pela professora Rebecca Caroline Rocha de Souza Guimarães.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
